



BARIGÜI COMPANHIA HIPOTECÁRIA

CNPJ: 14.511.781/0001-93

Av. Sete de Setembro, 4751 - Sobreloja - Conjunto 2 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Companhia Hipotecária ("Hipotecária"), instituição financeira especializada em crédito imobiliário, em consonância com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018.

As suas atividades estão reguladas pela Resolução CMN nº 2.122/94 e Resolução CMN nº 4676/2018 e normas complementares, tendo como principal campo de negócio os créditos imobiliários, representados, em especial, por financiamentos para aquisição de imóveis, compra de recebíveis imobiliários, refinanciamentos com lastros em bens imóveis, todos com vinculação mediante o instituto de alienação fiduciária. A Hipotecária integra o Conglomerado Prudencial Barigüi, liderado pelo Banco Barigüi de Financiamento e Investimentos S/A, e suas operações/resultados constam do respectivo balanço consolidado, na forma da regulamentação em vigor.

Desde o início de suas atividades, em janeiro/2012, a Cia. Hipotecária efetivou até o encerramento deste exercício, 4.961 operações, com a carteira ativa de empréstimos/

financiamentos atingindo o montante de R\$ 339.826 milhões, apresentando um crescimento de 75% em comparação a dezembro/2017 e, do lado passivo, em captações, via LCI, somando o montante de R\$ 315.157 milhões, crescimento igualmente proporcional ao aumento da carteira ativa, e Patrimônio Líquido de R\$ 29.765 milhões. Abaixo, demonstramos os saldos apurados para cada período, de forma comparativa, em R\$ mil, dos últimos cinco anos de atividades até o encerramento do exercício em questão:

Período	2014	2015	2016	2017	2018
Carteira (R\$ Mil)	111.067	160.566	192.482	253.759	339.826
PL (R\$ Mil)	7.071	11.451	14.595	15.029	29.765
Lucro/(Prej.) (R\$ Mil)	1.815	4.645	4.222	1.505	15.935
LCI (R\$ Mil)	91.389	144.171	168.888	229.557	315.157

Merece destaque entre os negócios cursados pela Hipotecária o seu credenciamento junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), na modalidade de conta liquidação, que trouxe maior agilidade nas transações com seus clientes e parceiros. Outro produto que vem experimentando evolução significativa se reporta à aquisição de recebíveis imobiliários junto a incorporadoras e construtoras, com montante atual de R\$ 194,019 milhões propiciando cessões, quando julgadas oportunas, para a ligada

Barigüi Securitizadora S/A., visando lastrear emissões de certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e, ainda, comprar lastro do Fundo de Investimentos Imobiliários. Acerca do tema, vale destacar a constituição no final do exercício, do Fundo de Investimento Imobiliário Barigüi Rendimentos Imobiliários I FII, com 1ª emissão de cotas em até R\$ 100.000 milhões de reais.

Do exposto, podemos concluir que os objetivos estratégicos foram atingidos no balanço de 31 de dezembro de 2018, com variações, em nosso entender, admissíveis frente às mutações ocorridas no cenário econômico-financeiro do País desde a sua constituição.

A Hipotecária apresentou, indiscutivelmente, performance satisfatória, com crescimento ordenado e seguro, sempre tendo presente solidez econômico-financeira, e procurando expandir os seus mercados de atuação e prospectar novos negócios, sem perder de vista a melhoria constante no atendimento aos seus clientes. Para tanto, agradecemos a contribuição dos parceiros, conforme antes referenciados, e, em especial do corpo de funcionários.

Curitiba (PR), 15 de março de 2019.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro – Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		125.508	76.654	Circulante		142.138	84.977
Disponibilidades	4	1.250	603	Depósitos	10	10.205	7.025
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 5	8.409	2.001	Depósitos Interfinanceiros - ligadas		10.205	7.025
Aplicações em depósitos interfinanceiros		8.409	2.001	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	109.839	68.149
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	26.159	1.996	Recursos de letras de crédito imobiliário		109.839	68.149
Carteira própria		26.159	1.996	Instrumentos financeiros derivativos	6.b	452	-
Operações de crédito		82.880	62.515	Instrumentos financeiros derivativos		452	-
Setor privado	7.a	85.132	65.141	Outras obrigações		21.642	9.803
(-) Provisão para perdas em operações de créditos	7.c	(2.272)	(2.626)	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		46	37
Outros créditos	8	2.895	2.075	Sociais e estatutárias		1.196	358
Créditos tributários	19.b	1.604	699	Fiscais e previdenciárias	11	8.684	992
Diversos		1.291	1.376	Diversas	12	11.716	8.416
Outros Valores e Bens	9	3.935	7.464	Passivo não circulante		215.152	170.124
Despesas antecipadas		376	991	Exigível a longo prazo		215.152	170.124
Bens não de uso		3.997	7.412	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	205.318	162.066
(-) Provisão para desvalorização		(438)	(939)	Recursos de letras de crédito imobiliário		205.318	162.066
Ativo não circulante		261.547	193.476	Instrumentos financeiros derivativos	6.b	2.686	669
Realizável a longo prazo		261.222	193.241	Instrumentos financeiros derivativos		2.686	669
Instrumentos financeiros derivativos	6.b	-	968	Outras obrigações		7.148	7.389
Instrumentos financeiros derivativos		-	968	Diversas	12	7.148	7.389
Operações de crédito		250.516	184.690	Patrimônio líquido		29.765	15.029
Setor privado	7.a	254.694	188.618	Capital social			
(-) Provisão para perdas em operações de créditos	7.c	(4.178)	(3.928)	De Domiciliados no país	14.a	10.000	10.000
Outros créditos	8	5.314	3.384	Reservas de lucros		19.765	5.029
Créditos tributários	19.b	5.117	3.135	Legal	14.b	1.533	736
Diversos		197	249	Reserva especial de lucros	14.c	18.232	4.293
Outros valores e bens	9	5.392	4.199	Total		387.055	270.130
Bens não de uso		6.066	3.655				
(-) Provisão para desvalorização		(674)	(214)				
Despesas antecipadas		-	728				
Permanente		325	235				
Imobilizado de uso		212	99				
Outras imobilizações de uso		298	157				
(-) Depreciação Acumulada		(86)	(58)				
Intangível		113	136				
Desenvolvimento/licenciamento de software		196	196				
(-) Amortização Acumulada		(83)	(60)				
Total		387.055	270.130				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Saldos em 01 de dezembro de 2017	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de lucros		Lucros Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva Especial		
Aumento de capital		10.000	-	661	3.934	-	14.595
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.505	1.505
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.d.1	-	-	75	-	(75)	-
Dividendos propostos	14.d.1	-	-	-	-	(85)	(85)
Dividendos pagos		-	-	-	(986)	-	(986)
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	1.345	(1.345)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		10.000	-	736	4.293	-	15.029
Mutações do período		-	-	75	359	-	434
Saldos em 30 de junho de 2018		10.000	-	1.011	8.902	-	19.913
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	10.448	10.448
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.d.1	-	-	522	-	(522)	-
Dividendos propostos	14.d.1	-	-	-	-	(596)	(596)
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	-	9.330	(9.330)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.000	-	1.533	18.232	-	29.765
Mutações do período		-	-	(522)	(9.330)	-	(9.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		10.000	-	736	4.293	-	15.029
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	15.935	15.935
Destinações:							
Constituição de reserva legal	14.d.1	-	-	797	-	(797)	-
Dividendos propostos	14.d.1	-	-	-	-	(908)	(908)
Dividendos pagos		-	-	-	(291)	-	(291)
Constituição de reserva especial de lucros	14.d	-	-	-	14.230	(14.230)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		10.000	-	1.533	18.232	-	29.765
Mutações do período		-	-	(797)	(13.939)	-	(14.736)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia"), controlada pela Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas operações em 10 de janeiro de 2012. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em reunião de Diretoria, realizada em 15 de março de 2019, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

a. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As revisões das estimativas e premissas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a. Nota explicativa 3.h.(ii) e 7 - critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;

b. Nota explicativa 6.b. - determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;

c. Nota explicativa 9 - estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de outros valores e bens (bens não de uso);

d. Nota explicativa 13 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

e. Nota explicativa 19 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

b. Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e consideram os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Sem. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Receitas da intermediação financeira		40.640	70.849	36.729
Rendidas de operações de crédito		41.881	73.198	36.746
Resultado de aplicações em depósitos interfinanceiros	6.c	114	351	436
Resultado com TVM e instrumentos financeiros derivativos	6.c	(1.355)	(2.700)	(453)
Despesas da intermediação financeira		(14.654)	(27.119)	(21.073)
Operações de captação no mercado	10	(13.621)	(25.517)	(17.691)
Provisão para créditos e liquidação duvidosa	7.c	(1.033)	(1.602)	(3.382)
Resultado bruto da intermediação financeira		25.986	43.730	15.656
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.119)	(19.425)	(13.251)
Renda de prestação de serviços	17	978	1.757	1.596
Despesas pessoais		(2.314)	(4.829)	(3.439)
Outras despesas administrativas	16	(7.956)	(14.934)	(11.301)
Despesas tributárias	18	(1.457)	(2.462)	(1.189)
Outras receitas operacionais		632	1.233	1.107
Outras despesas operacionais		(2)	(190)	(25)
Resultados não operacionais		(412)	(666)	(608)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		15.455	23.639	1.797
Imposto de renda e contribuição social	19	(5.007)	(7.704)	(292)
Imposto de renda - corrente		(4.525)	(7.699)	(1.116)
Contribuição social - corrente		(1.717)	(2.891)	(430)
Ativo fiscal diferido		1.235	2.886	1.254
Lucro Líquido do semestre/exercício		10.448	15.935	1.505

Quantidade de ações: 10.000 / 10.000 / 10.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1: 1,04 / 1,59 / 0,15
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2º Sem. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		10.448	15.935	1.505
Lucro líquido do semestre / exercício		10.448	15.935	1.505
Atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		31	56	40
Resultados com derivativos		1.355	2.823	-
Provisão para perdas em operações de créditos		1.033	1.602	3.382
Provisão/(Reversão) para outros valores e bens		(381)	(715)	190
Provisão/(Reversão) para riscos cíveis		274	437	(2)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		6.242	10.590	1.546
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(1.235)	(2.886)	(1.254)
Participação dos empregados		164	436	298
(Aumento) / redução nos ativos operacionais:				

nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

• A Companhia considera a contagem em dobro para os contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução CMN nº 2.682/99.

• As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

• As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução nº 2.697/00, do CMN.

• As operações renegociadas, por atraso nos contratos anteriores, são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas, quando poderão galgar níveis de menor provisionamento. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) **Operações vencidas há mais de 60 dias** - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

i. Outros valores e bens

(i) Corresponde, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros; e

(ii) As comissões de correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14

j. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo de imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Companhia são:

Taxa - %

Móveis, utensílios e equipamentos de uso 10% - a.a.

Equipamentos de informática 20% - a.a.

k. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos diferidos com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

Taxa - %

Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software 20% a.a.

l. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuadas, para o semestre findo em 31 de dezembro 2018, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente provisionadas.

• Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões no passivo, em atendimento às normas do BACEN.

o. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% do lucro tributável, conforme legislação em vigor.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro rata" dia).

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Disponibilidade

Caixa 9 -

Depósitos bancários 1.241 603

Aplicações interfinanceiras (a) 8.409 2.001

Total 9.659 2.604

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31/12/2018		31/12/2017	
	Tx.	Curto Prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pré)	6,40% a.a.	2.007	13,59% a.a.	2.001
DI (pós)	3,58% a.a.	6.402	-	-
Total		8.409		2.001

As aplicações desta natureza geraram receita, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 114 e R\$ 351, respectivamente (R\$ 436 em 2017).

6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Títulos e valores mobiliários

Carteira própria	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor de mercado	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
LFT - Título para negociação	01/03/2023	26.159	26.161	(2)	

(*) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela Associação Brasileira de Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais (AMBIMA).

Carteira própria	Vencimento	31/12/2017		31/12/2017	
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	
LFT - Título para negociação	01/03/2023	1.996	1.994	2	

b) Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swaps", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, agora conhecida como B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

Data de vencimento	31/12/2018		31/12/2017		Diferencial a receber / (a pagar)
	Valor referencial	Conta de compensação	Valor referencial	Conta de compensação	
Posição ativa					
27/01/2020	13.756	13.786	-	29.275	948
06/06/2019	4.280	4.733	-	4.280	6
02/07/2020	1.500	1.659	-	1.500	(4)
IGPM 17/07/2020	1.500	1.659	-	1.500	3
10/06/2019	1.004	1.110	-	1.004	1
29/07/2020	1.500	1.659	-	1.500	9
22/07/2020	1.500	1.659	-	1.500	5
Total	25.040	26.265		40.559	968
Posição passiva					
27/01/2020	13.756	15.681	(1.894)	29.275	(57)
06/06/2019	4.280	5.100	(366)	4.280	225
02/07/2020	1.500	1.854	(195)	1.500	106
CDI 17/07/2020	1.500	1.856	(198)	1.500	113
10/06/2019	1.004	1.196	(86)	1.004	52
29/07/2020	1.500	1.858	(200)	1.500	115
22/07/2020	1.500	1.857	(199)	1.500	115
Total	25.040	29.402	(3.138)	40.559	669

Estas operações geraram resultado negativo no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 1.833 e R\$ 3.301, respectivamente (resultado positivo de R\$ 455 em 2017).

c) Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	114	351	436
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	478	601	2
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.833)	(3.301)	(455)
Total	(1.241)	(2.349)	(17)

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a) Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

Carteira	31/12/2018		31/12/2017	
	Distribuição		Distribuição	
Financiamentos Imobiliários:				
Empreendimentos Imobiliários	38.658	11,38%	19.298	7,60%
Habitacionais	107.766	31,71%	89.692	35,35%
Empréstimo com garantia de Imóvel	193.402	56,91%	144.769	57,05%
Total	339.826	100,00%	253.759	100,00%

Os imóveis financiados são alienados fiduciariamente em favor da Companhia.

b) Prazo de realização das operações

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer		
Até 3 meses	20.778	15.779
De 3 meses a 12 meses	59.326	45.294
De 1 a 3 anos	151.928	85.259
De 3 a 5 anos	52.417	50.457
De 5 a 15 anos	50.012	52.728
Acima de 15 anos	337	174
Total a vencer	334.798	249.691
Vencidos	5.028	4.068
Total	339.826	253.759

c) Provisão para perdas em operações de crédito

Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do período/exercício	(6.345)	(6.554)	(5.180)
Constituição	(1.033)	(1.602)	(3.382)
Créditos baixados para prejuízo	928	1.706	2.008
Saldo final do período / exercício	(6.450)	(6.450)	(6.554)
Circulante	(2.272)	(2.272)	(2.626)
Não Circulante	(4.178)	(4.178)	(3.928)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 934 e R\$1.618, respectivamente (R\$ 1.290 em 2017).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as operações de crédito refinanciadas totalizaram R\$ 9.308 (R\$ 8.279 em 2017), e as operações renegociadas totalizaram R\$ 295 (R\$ 1.232 em 2017). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Composição da carteira e provisão para perdas em operações de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situ-ção	% de Provisão	Setor			Exercício 2018		Exercício 2017	
			Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total
AA	Normal	0,00%	-	175	599	27.194	27.969	-	26.331
A	Normal	0,50%	9.575	2.646	-	206.657	218.878	(1.094)	139.133
B	Normal	1,00%	-	62	722	24.023	24.808	(248)	28.279
B	Vencido	-	-	340	200	11.558	12.098	(121)	7.734
C	Normal	3,00%	-	408	989	20.789	22.148	(684)	21.886
C	Vencido	-	-	221	3.853	20.015	24.090	(723)	18.641
D	Normal	10,00%	-	770	-	534	1.304	(130)	1.181
D	Vencido	-	-	-	891	3.161	4.052	(405)	3.987
E	Normal	30,00%	-	-	-	-	-	-	135
E	Vencido	-	-	-	268	603	871	(261)	1.822
F	Normal	50,00%	-	-	-	-	-	-	1.218
F	Vencido	-	-	-	102	1.152	1.254	(627)	1.691
G	Normal	70,00%	-	-	-	-	-	-	698
G	Vencido	-	-	-	-	605	605	(424)	698
H	Normal	100,00%	-	-	-	-	-	-	-
H	Vencido	-	-	-	-	1.752	1.752	(1.752)	1.243
Total			9.575	4.621	7.605	318.024	339.826	(6.450)	253.759
Circulante			-	-	-	-	85.132	(2.272)	85.141
NãoCirculante			-	-	-	-	254.694	(4.178)	188.618

d) Cessão de crédito

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 34.104 e R\$ 78.030 respectivamente (R\$ 46.312 em 2017). Essas operações auferiram renda no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 6.273 e R\$ 11.456, respectivamente (R\$ 7.998 em 2017). Estas operações foram realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o segundo semestre de 2018, a Companhia alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Barigui Securitizadora S/A para emissão de CRI no montante de R\$ 31.163.

Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

8 Outros créditos

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	137	104
Créditos Tributários (nota 19.b)	1.604	699
Impostos a compensar	168	67
Devedores para compra de valores e bens (a)	332	895
Devedores diversos (b)	607	299

tas domiciliados no País é de R\$ 10.000 (R\$ 10.000 em 2017), representado por 10.000 ações (10.000 ações em 2017), ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

A composição do capital social é a seguinte:

Acionistas	Nº de ações	Valor em R\$	Participação
Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A.	9.400.000	9.400	94,00%
Maria Teresa Fomea Caron	500.000	500	5,00%
Ivo Luiz Roveda	50.000	50	0,50%
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	50.000	50	0,50%
Total	10.000.000	10.000	100,00%

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reservas especiais de lucros

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para reserva legal e dividendos.

d. Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação Dividendos	Valor Provisoriado	Valor (Pago) / recebido	Data Pagto	Deliberado por
Dividendos propostos em 2017	(85)	85	10/05/2018	7º AGO 30/04/2018
Dividendos e dividendos compl. recebidos - 2017	(291)	291	10/05/2018	7º AGO 30/04/2018
Dividendos propostos em 2018	(908)	-	-	Não deliberado
Total	(1.284)	376	-	-

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2º semes- tre de 2018	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)			
Lucro líquido do exercício / período	10.448	15.935	1.505
Reserva legal (5%)	(522)	(797)	(75)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	9.926	15.138	1.430
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	(596)	(908)	(85)

15 Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes, em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

Descrição:	31/12/2018			31/12/2017		
	Direitos (Obrigações)	Receita	Des-pesa	Direitos (Obrigações)	Receita	Despesa
Controladora (a)						
Aplicações Interfinanceiras	-	352	-	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	(10.205)	-	(452)	(7.025)	394	(1.408)
Dividendos	(854)	-	-	(80)	-	-
Utilização de estrutura compartilhada (a.1)	(183)	-	(1.963)	(7)	-	(72)
Pessoas jurídicas (b)						
Aluguel comercial	(3)	-	(33)	(3)	-	(42)
Utilização de estrutura compartilhada	(47)	-	(413)	(7)	-	(72)
Prestação de Serviços (b.1)	(565)	-	(4.728)	(802)	-	(3.089)
Pessoas físicas						
Letra de Crédito Imobiliário	(64.938)	-	(3.821)	(58.362)	-	(6.078)
Dividendos	(54)	-	-	(5)	-	-
Remuneração aos administradores	-	-	(340)	-	-	(222)

Durante o segundo semestre de 2018, a Companhia alienou parte da carteira de crédito para a relacionada, Barigui Securitizadora S/A para emissão de CRI no montante de R\$ 31.163. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

(a) Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A

a.1. A Companhia e sua controladora celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

(b) Enio Fomea & Cia; Central Brasileira de Cobrança Ltda; Barigui Promotora de Crédito Ltda; Barigui Securitizadora S/A e Bredri Serviços de Crédito e Cobrança S/A.

b.1. Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças e assessoria administrativa.

16 Outras despesas administrativas

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de comunicação	(138)	(235)	(135)
Despesas com aluguel comercial	(27)	(74)	(42)
Despesas de processamento de dados	(497)	(1.068)	(807)
Despesas com propaganda e publicidade	(309)	(903)	(702)
Despesas serviço sistema financeiro	(185)	(377)	(395)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(4.838)	(8.891)	(7.583)
Despesa com serviços técnicos especializados	(734)	(1.698)	(784)
Despesas com depreciação/amortização	(31)	(56)	(38)
Despesas judiciais e cartorárias	(306)	(489)	(399)
Consulta órgão de proteção ao crédito	(195)	(331)	(164)
Outras	(696)	(812)	(252)
Total	(7.956)	(14.934)	(11.301)

a. Referem-se a:

a.1 apropriação de despesas com comissões de correspondentes, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 nos valores de R\$2.510 e R\$4.643, respectivamente (R\$ 4.066 em 2017);

a.2 comissão em assessoria de cobrança, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.065 e R\$1.920, respectivamente (R\$ 1.783 em 2017);

a.3 despesa com assessoria e consultoria empresarial na estruturação de negócios, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.054 e R\$2.020, respectivamente (R\$ 1.391 em 2017); e

a.4 Demais valores pulverizados no semestre e exercício de R\$ 209 e R\$ 308 (R\$ 343 em 2017)

17 Rendas de prestação de serviços

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Confecção de cadastro			
Pessoa Física e jurídica	387	639	617
Tarifa de administração de contrato	591	1.118	979
Total	978	1.757	1.596

18 Despesas tributárias

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesa de PIS	(192)	(325)	(137)
Despesa de COFINS	(1.181)	(1.999)	(842)
Despesas de ISS	(49)	(88)	(80)
Outros	(35)	(50)	(130)
Total	(1.457)	(2.462)	(1.189)

19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado			
Impostos correntes			
Imposto de renda	(3.898)	(6.627)	(866)
Contribuição social	(1.491)	(2.505)	(340)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(5.389)	(9.132)	(1.206)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos -Ativo fiscal diferido	(853)	(1.458)	(340)
Total do imposto de renda e contribuição social	(5.007)	(7.704)	(292)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e participação dos empregados	15.619	24.075	2.094
Participação dos Empregados	(164)	(436)	(298)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	15.455	23.638	1.796
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(5.255)	(8.037)	(611)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições temporárias	(2.178)	(6.204)	(3.843)
Adições permanentes	(70)	(70)	-
Exclusões temporárias	1.885	4.876	3.170
Deduções fiscais	229	303	78
Total Impostos de Renda e Contribuição Social - correntes	(5.389)	(9.132)	(1.206)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os créditos tributários são compostos pelos seguintes valores:

	Saldo Anterior 31/12/2017	Saldo Inicial 30/06/2018	Cons-tituição	Rever-são	Saldo Final 31/12/2018
Imposto de Renda					
Provisão para risco cível	16	56	68	-	124
Outras provisões	357	277	214	(40)	451
Provisão MTM	364	1.176	1.086	-	2.262
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.083	2.525	459	(879)	2.105
TOTAL - IRPJ	2.820	2.436	1.827	(919)	4.942
Contribuição Social					
Provisão para risco cível	6	20	25	-	45
Outras provisões	128	100	77	(15)	162
Provisão MTM	131	423	391	-	814
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	749	909	199	(350)	758
TOTAL - CSLL	1.014	876	692	(365)	1.779
Total de créditos tributários de IRPJ e CSLL	3.834	3.310	2.519	(1.284)	6.721

As diferenças temporárias relativas às provisões sobre as operações de crédito, cuja dedutibilidade se dará de acordo com os critérios definidos nas regras fiscais, tem expectativa de utilização em sua totalidade até o exercício de 2021. Ademais, também estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões sobre pagamentos de participação nos resultados, que serão reconhecidos em sua totalidade em 2019.

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	1.179	2.023	1.739	4.942
Valor Presente	1.109	1.787	1.444	4.399
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	425	728	626	1.779
Valor Presente	399	643	520	1.562

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 6,40% (Selic).

c. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 1.799 em 31 de dezembro de 2018 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (R\$ 339 em 2017).

20 Política de remuneração

A Companhia remunera três membros de sua Diretoria Executiva, com posicionamento conservador, atendendo plenamente ao espírito da Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está representado por R\$ 340 (R\$ 222 em 2017).

21 Estrutura de gerenciamento de riscos

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Financeiro Barigui e controladora da Barigui Companhia Hipotecária. Assim, as disposições próprias são aplicáveis às duas entidades acima citadas.

A seguir, os principais fatores da Companhia dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

I. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do conglomerado envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos de crédito. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com a suficiência das garantias oferecidas.

Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou recuperação.

II. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no conglomerado, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserire-se, também, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) e a Abordagem Padronizada Alternativa.

III. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

IV. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do conglomerado com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o conglomerado emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação e seleção de investimentos.

V. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação. O conglomerado conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise. As seguintes ações podem ser adotadas como estratégia de gerenciamento do risco de liquidez: (i) manutenção do saldo de recursos em caixa; (ii) gerenciamento do descasamento de ALM nas diversas faixas de prazo; (iii) se necessário, a administração conta com a utilização de recursos disponíveis no mercado.

VI. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pelo conglomerado para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm decorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade. O conglomerado realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

VII. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental nos negócios e produtos ofertados pelo conglomerado, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. Ressaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber: "O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas."

22 Outras informações

Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia) conglomerado

A Companhia detém capital social de R\$10.000 (dez milhões de reais), totalmente subscrito, acima do nível mínimo exigido pelas Autoridades Monetárias para as Sociedades da espécie, consoante o prescrito na Resolução CMN nº 2.099/94, Regulamento Anexo II, art. 1º, "caput" e parágrafo primeiro, e em montante adequado para alavancar as suas operações no corrente exercício. O acionista controlador está representado pelo Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A., com 94% do total das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamento em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2018, está apresentado de forma combinada nas demonstrações financeiras do seu controlador, Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A.

Curitiba (PR), 15 de março de 2019.

Diretoria

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO

Diretor Presidente

EVERALDO LEANDRO PERUSSOLO

Diretor Superintendente

MARIA TERESA FORNEA CARON

Diretora Executiva

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT

Contadora CRC PR 063966/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Barigui Companhia Hipotecária

Curitiba - PR

Opinão

Examinamos as demonstrações financeiras da Barigui Companhia Hipotecária ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barigui Companhia Hipotecária em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela